

# Ensaio bibliográfico sobre as relações luso-chinesas até à queda da dinastia Ming, c. 1513-1644

Francisco Roque de Oliveira\*

Neste texto trataremos de resenhar a história e de apresentar o quadro actual dos estudos realizados sobre o tema das relações entre Portugal e a China durante o período compreendido entre os anos de 1513-1514 (quando os portugueses desembarcam pela primeira vez no litoral da província chinesa de Guangdong) e 1644 (quando ocorre a queda da dinastia Ming). Concentraremos a nossa análise nos dois segmentos principais em torno dos quais se encontram tradicionalmente organizados os estudos histórico-geográficos sobre esta matéria: os estudos sobre Macau e o domínio mais amplo das relações bilaterais Portugal-China. Apesar de privilegiarmos a literatura escrita por portugueses ou macaenses, ampliaremos o âmbito das nossas referências de modo a incluir todos aqueles autores –ocidentais ou chineses– cujo contributo se tenha revelado decisivo para o avanço destas duas linhas de pesquisa. O nosso ensaio começará com uma breve caracterização da qualidade específica dos estudos chineses no panorama cultural português, incluindo o retrato dos principais agentes que os protagonizaram ao longo dos últimos quase 500 anos. Tendo em atenção o facto de boa parte da moderna sinologia só ser compreensível à luz dos textos portugueses sobre a China escritos durante o século XVI e o início do século XVII, sobre os quais assenta, terminaremos com o levantamento das mais recentes iniciativas editoriais que visaram a difusão e o estudo crítico de fontes deste período.

*This text we will review the past and present state of the research concerning the Portuguese-Chinese relations between c. 1513-1514 (when the Portuguese landed for the first time at the Chinese province of Guangdong) and 1644 (fall of the Ming dynasty). The analysis will be focused on the two main branches which tend to organise the historic and geographical studies about these matters: the studies about Macao and those about the wider field of the bilateral relations between Portugal and China. Although special attention will be paid to Portuguese and Macanese authors, references will be made to all those other authors – Western or Chinese – whose contribution is judged to be relevant to the progress of both these research fields. The text begins with a brief introduction to the specific qualities reached by this kind of studies in the Portuguese cultural context and to the main agents involved in that practice during the last 500 years or so. Modern Sinology can only be understood after taking into consideration those 16th and early 17th century Portuguese texts about China that lie as its roots. So, at the end the main publications related to the disclosure and the critical study of these sources will be presented.*

**Keywords:** Portugal, China, Macao, Portuguese Sinology, Sixteenth and Seventeenth Centuries.

## ***O pecado original***

A 20 de Dezembro de 1999, quando se consumou a transferência da administração da ex-colónia portuguesa de Macau para a República Popular da China, concluiu-se também o mais longo período de relacionamento ininterrupto entre uma nação europeia e o país dos chineses. Ao

\**Centro de História de Além-Mar*, Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa. E-mail: franciscoroliveira@mail.telepac.pt

mesmo tempo, aqueles que haviam sido os primeiros protagonistas europeus de uma experiência imperial na Ásia Oriental eram os últimos a regressar a casa.

Depois de cerca de quarenta anos de contactos directos, mas acidentados, entre os portugueses e a China, por volta de 1557 Macau impusera-se como esse excepcional enclave do Ocidente no outro extremo da Eurásia que uma história de quase meio milénio acabaria por confirmar. Sabemos que o lugar e a sua fortuna se fizeram da combinação entre a lógica talássica que moldou o essencial da expansão portuguesa dos séculos xv e xvi e o hábil protagonismo daqueles grupos de comerciantes e aventureiros privados que, adiantando-se à iniciativa de Lisboa ou contornando a autoridade delegada em Goa, souberam aproveitar as especificidades do sistema tributário chinês para aí instituir o principal entreposto para a realização do comércio sino-nipónico. A “cidade-estado” macaense logo demonstraria uma invulgar capacidade de resistência quando a lógica que gizara a sua implantação fosse ultrapassada pela mudança da conjuntura interna japonesa, marcada pela reunificação terminada pelos Tokugawa, e pela afirmação da hegemonia holandesa a Leste de Malaca, que nas primeiras décadas de Seiscentos hipotecou o monopólio ibérico do comércio de longo curso na região hoje chamada Ásia-Pacífico e a existência do comércio triangular Macau-Nagasáqui-Manila.

Para um analista desprevenido, tão surpreendente quanto isso é que a presença portuguesa aí tenha sobrevivido à tomada de Cantão pelos Manchus, em 1650, depois de mais de duas décadas em que Macau apostara a sorte da sua autonomia política e administrativa num comprometimento sistemático e ostensivo com a exangue dinastia Ming. Mais tarde, nem a ascensão do poder mercantilista britânico no Oriente, nem o facto de Portugal haver entretanto recentrado o seu império no Atlântico, obstaram a que prosseguisse a experiência colonial inventada em Macau. E se assim continuou a ser depois disso – como depois da Guerra do Ópio, durante a II Guerra Mundial ou, até, depois das convulsões trazidas pela Revolução Cultural chinesa, em 1967 –, é natural que o “caso Macau” não só se afirme como exemplo por excelência da paradoxal longevidade que pautou várias das muitas experiências coloniais praticadas por um país de média dimensão como Portugal, como nos interpele pela larga e original herança de saber sobre a China material e a China civil que é expectável ter sido legada por tão duradouro convívio.

Ora, quem se debruçar sobre a massa documental que sobreviveu a esta presença multissecular nas margens da província chinesa de Guangdong cedo descobrirá que esse domínio da construção de um conhecimento português sobre o universo sínico tanto ficou aquém das excep-

cionais condições cronológicas de que dispôs para se realizar, como desafia, desde o início, as possibilidades de confronto pleno com outros “saberes imperiais” do Ocidente. Duas razões de fundo ajudam a explicar estas duas aparentes contradições. Em primeiro lugar, há sempre que contar com essa evidência da colónia se ter restringido ao minúsculo território de Macau e deste, por seu turno, ter herdado do Império Português do Oriente aqueles traços genéticos particularíssimos de um espaço que existe em função de uma rede comercial marítima e que desfruta de ampla margem de autogoverno. Daí que, ao invés do proporcionado por outros modelos coloniais mais tardios ou mais clássicos, não se tivesse produzido ao longo do tempo aquele tipo de conhecimentos exaustivos sobre a terra e os homens que é norma acumular quando a administração é exercida com base num real controlo metropolitano, com um efectivo enquadramento político-administrativo das populações nativas e no quadro de uma ocupação territorial mais extensa<sup>1</sup>.

Às limitações impostas por um exercício da soberania por regra rarefeito há que somar a qualidade específica do grupo no qual, quase desde os primórdios da presença portuguesa em Macau, esteve delegado o essencial da tarefa de inquirir sobre a cultura e a civilização chinesas: os missionários da Companhia de Jesus. É indiscutível que, quer antes, quer sobretudo depois da criação do Colégio de São Paulo (1594-1597) lhes coube organizar aquilo que de mais relevante ficou de uma proto-sinologia que é a um tempo portuguesa e europeia. Sem que devamos esquecer os primeiros inquéritos sobre questões linguísticas que os agostinhos espanhóis estacionados nas Filipinas haviam concluído pouco antes – e bastará evocar os trabalhos de Martín de Rada sobre o dialecto da província de Fujian ou a publicitação de alguns dos seus resultados por via de uma obra tão popular à época como a *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China* de Juan González de Mendoza –, o facto é que esses prolegómenos ao estudo do homem e da sociedade da China se confundem com os estudos sobre a língua e a cultura chinesa erudita que homens como Duarte de Sande, Alessandro Valignano, Michele Ruggieri, Matteo Ricci, Adam Schall von Bell, João Rodrigues *Tçuzu*, Tomás Pereira, Álvaro Semedo, António de Gouveia ou Gabriel de Magalhães levaram a cabo em Macau ou China adentro mercê do apoio prestado pela retaguarda de Macau<sup>2</sup>. Só que nem a época que coube a esta plêiade de notáveis inventara ainda o rigor que o racionalismo e cientismo iluminista viriam a emprestar ao mesmo objecto de

---

<sup>1</sup> Ver António Manuel Hespanha (1999). *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Em: *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX) – Catálogo Ciclo de Exposições Memórias do Oriente, Porto Edifício da Alfândega 1999*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Edições Inapa, pp. 15-19.

<sup>2</sup> Ver Rui M. Loureiro (2002). *Primórdios da Sinologia Europeia entre Macau e Manila em Finais do Século XVI*, *Review of Culture – Internacional Edition*, 2, 10-20.

estudo, nem a estratégia proselitista da Companhia que a todos enquadrou permitiu que obras tão singulares como as que nos legaram fossem aproveitadas num contexto civil paralelo. Assim sendo, era fatal que a expulsão dos jesuítas –decretada por Pombal em 1759, e que determinou a extinção do Colégio de São Paulo, em 1762– compromettesse, como comprometeu, não apenas a internacionalização, como até a viabilidade da sinologia portuguesa<sup>3</sup>.

Quase um século teria que passar até que o chamado liberalismo macaense recuperasse os estudos chineses, mormente naqueles domínios da linguística e da lexicografia que este edifício específico de conhecimento requer para se poder erguer com solidez. Porque a generalidade dos seus nomes pouco dirá ao leitor não familiarizado com o microcosmos das coisas macaenses, valerá a pena assinalá-los brevemente, bem assim como aos principais marcos da tradição que retomaram.

Antes de todos, o padre Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1841), autor de livros como a *Grammatica latina ad usum sinensium juvenicium* (Macau, Real Collegio de S. Jose, 1828), a *Arte china constante de alphabeto e grammatica comprehendendo modelos das diferentes composicoens* (Macau, Real Collegio de S. Jose, 1829), o *Diccionario Portuguez-China, China-Portuguez, no estylo vulgar mandarim, e classico geral* (Macau, Real Collegio de S. Jose, 1831-1833), o *Vocabularium Latina-Sinicum pronuntiatione mandarina latinis literis expressa* (Macau, Collegio de S. Jose, 1836) ou o *Lexicon Magnum Latino-Sinicum estendes etymologiam, prosodiam, et constructionem vocabulorum*, editado a título póstumo, em 1891 (Macau, Collegio de S. Jose).

Depois, Pedro Nolasco da Silva (1842-1912), que durante vários anos foi a cabeça de um organismo público de charneira sediado em Macau e apelidado Repartição Técnica do Expediente Sínico. Entre manuais escolares e obras de divulgação linguística, Nolasco da Silva editou *Phrases usuaes dos dialectos de Cantão e Peking* (Macau, Typographia Popular, 1884), *Grammatica pratica da lingua chinesa* (Macau, Typ. de “Correio Macaense”, 1886), *Vocabulario e phrases dos dialectos de Cantão e Pekim para uso dos alumnos da Escola Central de Macau* (Macau, Typ. Mercantil, 1889), *Compilação de phrases usuaes e de dialogos nos dialectos de Peking e Cantão. Para uso dos alumnos da Escola Central de Macau* (Macau, Typ. de Noronha & C<sup>ª</sup>., 1894), *Os Rudimentos da lingua chinesa. Para uso dos alumnos da Escola Central do Sexo Masculino* (Macau, Typ. de Noronha & C<sup>ª</sup>., 1895), *Manual da lingua sinica escripta e fallada: 2.ª parte. Lingua sinica fallada. Vocabulario* (Macau, Typ. Mercantil, 1901), *Manual da lingua sinica [...]: 1.ª parte. Lingua sinica escrip-*

---

<sup>3</sup> António Aresta (1997). Um novo adeus português – Sinologia, JL/Macau, 16 (687), 12 de Fevereiro, p. 29; A. M. Hespanha, O Orientalismo em Portugal..., pp. 20-21.

ta [...] 1.ª vol. (Macau, Typ. Mercantil, 1902), *Lingua sinica escripta. Tradução da Amplificação do Santo Decreto*. 2.ª vol. (Macau, Typ. Mercantil, 1903), *Manual da lingua sinica [...]: 2.ª parte. Lingua sinica fallada. Phrases usuaes, dialogos, e formulas de conversação* (Macau, Typ. Mercantil, 1903) e *Bussula do Dialecto Cantonense* (Macau, s.ed., 1912)<sup>4</sup>.

A dominar o século XX, esteve o nome de Luís Gonzaga Gomes (1907-1976), autor de uma vasta obra que se estendeu da tradução de clássicos chineses à história de Macau, do jornalismo à música, e que deixou os seguintes trabalhos no âmbito da linguística e da didáctica da língua chinesa: *Vocabulario cantonense-português, português-cantonense* (Macau, Centenários da Fundação e Restauração, 1941-1942), *O Estudo dos Mil Caracteres* (Macau, Separata Renascimento, 1944), *Vocabulario Português-Inglês-Cantonense* (Macau, San Chong Trading & C.ª, 1954) e *Noções Elementares de Língua Chinesa* (Macau, Caderneta de Instrução Profissional dos CTT N.º 3, 1958).

Enfim, do padre Joaquim Angélico de Jesus Guerra, S.J. (1908-1993), inventor de um método novo para a leitura alfabética do chinês –acessível através do seu *Chinês alfabético* (Macau, *Mosaico*, vol. 3 (17-18), pp. 273-288)–, tradutor de muitos dos clássicos chineses, para além de autor de umas memórias intituladas *Condenado à morte* (Macau, Livr. Apostolado da Imprensa, 1963) e muito semelhantes às do jesuíta holandês Dries van Coillie<sup>5</sup>, recebemos um importante *Dicionário Chinês-Português de Análise Semântica Universal* (Macau, Jesuítas Portugueses, 1981)<sup>6</sup>.

Um pouco à semelhança dos grandes vultos pioneiros, cuja chama de certo modo se extinguiu nos simbólicos manuscritos inéditos da *Asia Extrema* de António de Gouveia (1644) ou nas páginas durante tantos séculos negligenciadas pelas tipografias portuguesas da *Relação da Propagação da Fé no Reyno da China* de Álvaro Semedo (1640-1641) ou de *As doze excellencias do Imperio da China* de Gabriel de Magalhães (1688), era previsível que o percurso regenerador, que começa em Joaquim Afonso Gonçalves e seguiu sendo cultivado até aos finais da década de 1970 no âmbito da Escola do Expediente Sínico, não bastasse nunca para superar limitações decisivas como a imposta pela crónica ausência da língua e da cultura chinesas nos *curricula* das escolas portuguesas de

<sup>4</sup> Ver Pedro Teixeira Mesquita (2000). Ensino e cultura. Em: A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. 3, pp. 588-589, 599, 602 e 607.

<sup>5</sup> Ver Miguel Castelo-Branco (2004). Os Portugueses no Oriente – Sião, China, Japão. 1840-1940. Em: *Os Portugueses e o Oriente – Sião, China, Japão (1840-1940): Mostra bibliográfica*, 4 de Novembro de 2004-29 de Janeiro de 2005, Lisboa, Biblioteca Nacional, p. 102.

<sup>6</sup> Ver A. Aresta, *Um novo adeus português...*, pp. 29-30; António Aresta; Celina Veiga da Oliveira (1997). Prefácio. Em: Luís Gonzaga Gomes, *Macau – Um Município com História*, Macau, Leal Senado de Macau, pp. 9-11.

Macau quase até 1999<sup>7</sup>. Do mesmo modo, dificilmente se imaginaria a construção de uma escola sinológica nacional tendo o país negligenciado durante todo esse tempo não só a criação de departamentos de estudos luso-chineses nas suas universidades, como até o simples ensino da língua chinesa.

Na verdade, durante a ditadura de 1926-1974 este ensino quase se limitou à cadeira de cantonês que funcionou no Instituto de Línguas Africanas e Orientais da extinta Escola Superior Colonial, em Lisboa (rebaptizada como Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em 1954, o qual, por sua vez, se denominaria Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina a partir de 1962). Já com o regime democrático, teve continuidade algo acidentada na cadeira de chinês (mandarim) que foi sendo ministrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ao mesmo tempo que era complementado por cursos universitários e não universitários de divulgação como os organizados pelo Instituto Oriental da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Missão de Macau em Lisboa<sup>8</sup>. Que ainda hoje não exista um historiador português que domine em profundidade o chinês falado e escrito dirá tudo sobre o pecado original de que vimos falando.

Para a última meia dúzia de anos –em rigor, os primeiros do orientalismo português pós-imperial– seria incorrecto não detectar o esboço de uma mudança do estado das coisas: aumento dos índices de estudo da língua chinesa, maior visibilidade dos estudos chineses nas instituições universitárias, maior internacionalização deste tipo de pesquisas, aparecimento de publicações periódicas sobre os mesmos temas, por exemplo<sup>9</sup>. É também um facto que o momento final da presença portuguesa em Macau propiciou uma excepcional publicitação dos assuntos chineses no âmbito cultural português. Mais do que isso, tal esforço veio por regra acompanhado de um olhar novo sobre a generalidade das matérias orientais, exigente do ponto de vista metodológico e enfim liberto de registos ideológicos como os que, entre os anos 40 e 60 do século passado, suportaram o último colonialismo português em domínios tão díspares como a sociologia, a história, a antropologia, a geografia, a biologia ou a agronomia<sup>10</sup>. Seja como for, falta-nos ainda a distância do tempo longo para conseguir uma avaliação definitiva sobre todos estes sinais enco-rajadores.

<sup>7</sup> A. Aresta, *Um novo adeus português...*, p. 30.

<sup>8</sup> Ver Luis Filipe Thomaz (1996). *Estudos Árabo-Islâmicos e Orientais em Portugal, Povos e Culturas*, 5, 389-414.

<sup>9</sup> Ver António Vasconcelos de Saldanha (2002). *Historiografia de Justificação e Justificação de Historiografia: a Propósito da Sinologia Portuguesa dos Séculos XIX e XX*. *Daxiyanguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 1 (2), 4.

<sup>10</sup> Ver Cláudia Castelo (1999). “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-136; A. M. Hespanha, *O Orientalismo em Portugal...*, pp. 30-32.

Se até hoje Portugal não teve a capacidade de erguer uma Escola Sinológica na acepção exacta do termo, guardamos um juízo distinto a respeito do sub-domínio dos estudos histórico-geográficos sobre as relações luso-chinesas. A despeito de continuar a constituir uma parcela pouco cultivada, por comparação com outras que formam o conjunto heterogéneo dos estudos luso-asiáticos – e de jamais poder, por si só, preencher esse vazio deixado pela falta de uma autêntica sinologia –, nem os fatais desvios que sofreu às mãos da liturgia nacionalista do império ou da famosa pragmática da “justificação” da soberania portuguesa em Macau elidem o facto de se ter afirmado ao longo do tempo como um domínio de investigação autónomo e válido do ponto de vista científico.

Tradicionalmente, este sub-domínio organiza-se em função de duas linhas de pesquisa: uma, a que se centra nas questões de Macau; outra, a que substitui essa rotina pelo espectro mais amplo das relações bilaterais Portugal-China.

Para o primeiro caso, a tradição recua a trabalhos como *Ephemerides commemorativas da historia de Macau e das relações da China com os povos christãos* de António Feliciano Marques Pereira (Macau, Typ. de José da Silva, 1868), *Apontamentos para a historia de Macau* de José Gabriel Bernardo Fernandes (Lisboa, Typ. Universal, 1883), *Subsídios para a História de Macau* de Bento da França (Lisboa, Imprensa Nacional, 1888) ou *Historic Macao* de Carlos A. Montalto de Jesus (Hong Kong, Kelly and Walsh, 1902; 2.<sup>a</sup> ed. revista e ampliada, Macau, Salesian Printing and Tip. Mercantil, 1926).

Para o segundo caso, as primeiras referências remontam à celeberrima *Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau* do Visconde de Santarém (1845; 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1879) e prosseguem com a *Abreviada relação da embaixada que el-rei D. João V mandou ao Imperador da China e Tartária* publicada por Júlio Firmino Júdice Biker (Lisboa, Imprensa Nacional, 1879), as páginas competentes da colectânea *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portugueza fez com os reis e senhores com quem teve Relações nas partes da Asia e Africa Oriental, desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII*, compilada pelo mesmo Biker (14 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887), o relatório *Delimitação de Macau* do orientalista José A. Graça Barreto (1879; 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1909) e a *Mémoire sur la Souveraineté Territoriale du Portugal à Macao* do conselheiro Duarte Gustavo de Nogueira Soares (Lisboa, Imprensa Nacional, 1882)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver António Vasconcelos de Saldanha (1995). A “Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau” do Visconde de Santarém (1845), Macau, Instituto Português do Oriente, pp. 7-80; A. V. Saldanha, *Historiografia de Justificação...*, pp. 4-8.

Ao longo dos parágrafos seguintes, procuraremos, simultaneamente, oferecer uma síntese retrospectiva e documentar o estado actual das investigações relativas a estas duas linhas de pesquisa. Por razões de economia e de coerência discursiva, concentrar-nos-emos naqueles trabalhos que tiverem por objecto, ou trataram com razoável profundidade, o tempo cronológico que mediou entre o primeiro desembarque português nas costas do Guangdong, em 1513 –na prática, o momento em que a Europa passou a dispor das condições necessárias para retomar, em condições regulares, a aprendizagem empírica da realidade chinesa que fora interrompida em meados do século XIV– e a queda da dinastia Ming, em 1644. Apesar de alguma arbitrariedade que sempre poderá vir associada a um intervalo como este, ele acrescenta a vantagem de nos circunscrever ao tempo em que Macau se afirmou e consolidou como entreposto comercial de primeira grandeza. Sempre que isso se justificar, não hesitaremos em sair dos âmbitos de produção escrita português e macaense, que privilegiamos, alargando para tanto o inquérito aos contributos emprestados por outros estudiosos das relações luso-chinesas.

### Os “macaólogos”<sup>12</sup>

Relativamente aos estudos sobre a génese de Macau e as décadas que acompanham a afirmação do enclave até meados do século XVII, convirá não perder de vista os primeiros trabalhos impressos devidos a Anders Ljungstedt, que foi funcionário da Companhia Sueca das Índias Orientais e cônsul geral da Suécia na China. A sua principal obra foi *An Historical sketch of the Portuguese settlement in China and of the Roman Catholic Church and mission in China*, editada em Boston no longínquo ano de 1836, mas ainda hoje importante por dois motivos principais: por ter aproveitado fontes entretanto desaparecidas<sup>13</sup> e pelo modo como interrogou a legitimidade da soberania portuguesa no território. Esta obra foi antecedida por um ensaio introdutório intitulado *Contribution to an historical sketch of the Portuguese settlements in China, principally of Macao; of the Portuguese envoys and ambassadors to China; of the catholic mission in China; and the papal legates to China* (Macao, 1832). Poucos anos depois, parte do seu conteúdo reapareceria no título *Contribution to an historical sketch of the Roman Catholic Church at Macao; and the domestic and foreign relations of Macao* (Cantão, 1834). Teríamos de esperar várias décadas até que A. F. Marques Pereira ou C. A. Montalto de Jesus retomassem o tema aí proposto, respectivamente

---

<sup>12</sup> O seu a seu dono: expressão tomada de A. V. Saldanha, *Historiografia de Justificação...*, p. 4.

<sup>13</sup> Ver Rui M. Loureiro (1999). *Guia de História de Macau, 1500-1900*, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 137.



nos seus *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e Historic Macao*, de resto dois livros em boa parte concebidos como réplicas às teses de Ljungstedt sobre o estatuto da colónia e os direitos de Portugal face à China. Tanto a versão portuguesa integral da obra de Ljungstedt como a de Montalto de Jesus foram editadas há poucos anos, precedidas dos necessários estudos de enquadramento<sup>14</sup>.

Apesar da distância e de necessária desactualização de boa parte dos seus conteúdos, também convirá não descurar a referência a uma série de monografias que discutem a matéria das origens de Macau ao longo dos anos 40 e 50 do século XX, em qualquer caso num contexto já desligado dos problemas de justificação diplomática ou de fundamentação documental dos chamados “direitos de Portugal a Macau” que a condicionaram ao longo das últimas décadas do século XIX, nomeadamente entre a frustrada ratificação do Tratado de Comércio e Amizade entre Portugal e a China de 1862 e a assinatura do Tratado luso-chinês de 1887 – problemas que assomam por detrás dos citados escritos de Marques Pereira, Júdice Biker, Graça Barreto e Nogueira Soares, entre outros. Temos sobretudo em mente a *Presença Portuguesa em Macau* de António da Silva Rego (1946)<sup>15</sup>, as *Efemérides da História de Macau* de Luís Gonzaga Gomes (1954)<sup>16</sup>, o *Esboço da História de Macau, 1511-1849* de Artur Levy Gomes (1957)<sup>17</sup> e *Macau, Cidade do Nome de Deus na China, não há outra mais Leal* de Eduardo Brazão (1957)<sup>18</sup>.

No mesmo grupo podem ainda ser incluídos a sùmula cronológica alinhavada por José Maria Braga com o título *A Voz do Passado* (1964)<sup>19</sup>, os numerosos estudos que Gonzaga Gomes dispersou em publicações periódicas e acabaram sendo seleccionados e recuperados em livros como *Páginas da História de Macau* (1966)<sup>20</sup> ou *Macau – Um Município com*

<sup>14</sup> Carlos Estorninho (1990). Introdução. Em: C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico – Primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926*, Macau, Livros do Oriente, pp. 7-16; José Carlos Félix-Alves (1999). Introdução. Em: Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, Macau, Leal Senado, pp. XV-XLVIII. Ver também: Tereza Sena (1990). *Montalto de Jesus: da Polémica à História*, Macau, sér. 2, 28, pp. 54-58.

<sup>15</sup> António da Silva Rego (1946). *Presença Portuguesa em Macau*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

<sup>16</sup> Luís Gonzaga Gomes (1954). *Efemérides da História de Macau*, Macau, Notícias de Macau.

<sup>17</sup> Artur Levy Gomes (1957). *Esboço da História de Macau, 1511-1849*, Macau, Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral.

<sup>18</sup> Eduardo Brazão (1957). *Macau, Cidade do Nome de Deus na China, não há outra mais Leal*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

<sup>19</sup> Originalmente editada pelo *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, foi reeditada em data recente em versão fac-similada: José M. Braga (1987). *A Voz do Passado – Redescoberta de “A colecção de varios factos acontecidos nesta mui nobre cidade de Macao”*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>20</sup> Luís Gonzaga Gomes (1966). *Páginas da História de Macau*, Macau, Notícias de Macau.

*História* (1997)<sup>21</sup>, e a dissertação de mestrado apresentada em Dezembro de 1958, na Universidade de Chicago, por William Robert Usellis, onde se confrontaram de modo até então quase inédito fontes europeias e fontes chinesas impressas: *The Origins of Macao*. Esta última obra circulou durante muitos anos em versão manuscrita no círculo restrito dos investigadores, mas acabou por ser editada em 1995, numa edição bilingue português/inglês<sup>22</sup>.

Jordão de Freitas, com *Macao – Materiais para a sua História no século XVI* (1988)<sup>23</sup>, ou Monsenhor Manuel Teixeira, com *Macao no século XVI* (1981)<sup>24</sup>, *Macao no século XVII* (1982)<sup>25</sup>, *Primórdios de Macao* (1990)<sup>26</sup> e, sobretudo, os 16 volumes de *Macao e a sua Diocese* (1940-1979)<sup>27</sup>, deram continuidade a uma escrita sobre o estabelecimento dos portugueses em Macau assente na selecção/citação de trechos de fontes primárias e na sistematização cronológica. O mesmo se pode dizer de um útil instrumento bibliográfico como a *Cronologia da História de Macao – Séculos XVI e XVII* de Beatriz Basto da Silva (1992)<sup>28</sup> ou das partes relevantes da *Cronologia Geral da Índia Portuguesa* de Carlos Alexandre Morais (1993)<sup>29</sup>. Bem mais ambicioso – ainda que sempre condicionado por uma sequenciação de eventos muito académica – é a minuciosa *História de Macao* assinada por Gonçalo Mesquitela (3 vols. em 6 tomos, 1996-1999). O século XVI e as quatro primeiras décadas do século XVII constituem matéria dos volumes I e II, sendo de realçar o esforço realizado pelo autor em ordem a contextualizar os principais acontecimentos que marcaram a existência do território durante o período em análise<sup>30</sup>. Uma perspectiva contrastada do fenómeno macaense, que apresenta o aliciante de aproveitar amplamente fontes chinesas, surgiu pela mesma altura em *Macao 400 Years*, de Fei Chengkang (1996)<sup>31</sup>. Cabe-nos referir ainda as recapitulações de dados conhecidos sobre os primórdios de

<sup>21</sup> Luís Gonzaga Gomes (1997). *Macao – Um Município com História*, org., prefácio e notas de António Aresta & Celina V. de Oliveira, Macau, Leal Senado de Macau.

<sup>22</sup> William Robert Usellis (1995). *As Origens de Macao/The Origins of Macao*, Macau, Museu Marítimo de Macau.

<sup>23</sup> Jordão de Freitas (1988). *Macao – Materiais para a sua História no Século XVI*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>24</sup> Manuel Teixeira (1981). *Macao no séc. XVI*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.

<sup>25</sup> Manuel Teixeira (1982). *Macao no séc. XVII*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.

<sup>26</sup> Manuel Teixeira (1990). *Primórdios de Macao*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>27</sup> Manuel Teixeira (1940-1979). *Macao e a sua Diocese*, Macau, várias editoras.

<sup>28</sup> Beatriz Basto da Silva (1992). *Cronologia da História de Macao*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, vol. 1.

<sup>29</sup> Carlos Alexandre Morais (1993). *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Instituto Rainha D. Leonor.

<sup>30</sup> Gonçalo Mesquitela (1996-1997). *História de Macao*, Macau, Instituto Cultural de Macau, vols. 1 e 2 (4 tms.).

<sup>31</sup> Fei Chengkang (1996). *Macao 400 Years*, Xangai, The Publishing House of Shanghai Academy of Social Sciences.

Macau que sucedem nos capítulos iniciais de outras duas sínteses não portuguesas: o já clássico *A Macao Narrative* de Austin Coates (1978; reed. 1987<sup>32</sup>) e o mais recente *Encountering Macau: A Portuguese City-State on the Periphery of China, 1557-1999* de Geoffrey C. Gunn (1996; ed. portuguesa 1998<sup>33</sup>).

Para o período que vai de meados do século XVI às primeiras décadas do século XVII, hoje como ontem continuam a ser indispensáveis muitas das páginas que o historiador inglês Charles R. Boxer escreveu entre a década de 1920 e a de 1970. De salientar, o livro *Fidalgos in the Far East, 1550-1770. Fact and Fancy in the History of Macao* (1948; trad. portuguesa 1990<sup>34</sup>) e os seus apontamentos sobre o ataque holandês a Macau de 1622 e os primeiros capitães gerais e governadores do território, coligidos em *Estudos para a História de Macau – Séculos XVI a XVIII* (1991)<sup>35</sup>. A história institucional de Macau foi também objecto de um estudo seu de referência: o capítulo consagrado ao Senado de Macau inserto em *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800* (1965), estudo recuperado há poucos anos em livro trilingue português/chinês/inglês: *O Senado da Câmara de Macau* (1997)<sup>36</sup>. Entretanto, este mesmo tema da história das instituições jurídicas beneficiou do livro em que António Manuel Hespanha desenvolveu (exclusivamente) a dimensão ocidental do direito aplicado em Macau: *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau* (1995)<sup>37</sup>.

Almerindo de Vasconcelos Lessa, médico cirurgião encarregue de dirigir a Missão de Antropologia Tropical de Macau a partir de 1960, terá sido o principal obreiro da aplicação ao caso macaense dos preceitos teóricos do chamado “luso-tropicalismo” sugeridos e desenvolvidos pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre em obras como *Casa-grande & senzala* (1933), *O mundo que o português criou* (1940) ou *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e que alimentaram a mitologia imperial que sustentou as últimas décadas do colonialismo português. Talvez também o mais “gilbertiano” dos académicos portugueses da sua geração<sup>38</sup>, Lessa impõe-se

---

<sup>32</sup> Austin Coates (1987). *A Macao Narrative*, Hong Kong, Oxford University Press.

<sup>33</sup> Geoffrey C. Gunn (1998). *Ao Encontro de Macau: Uma cidade-Estado Portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Macau, Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Macau.

<sup>34</sup> Charles R. Boxer (1990). *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Legendas de Macau Antigo*, Macau, Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.

<sup>35</sup> Charles R. Boxer (1991). *Estudos para a História de Macau – Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente.

<sup>36</sup> Charles R. Boxer (1997). *Senado da Câmara de Macau*, Macau, Leal Senado de Macau.

<sup>37</sup> António Manuel Hespanha (1995). *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau.

<sup>38</sup> Ver C. Castelo, “O modo português de estar no mundo”..., pp. 119-122.

nos por dois livros de conteúdo muito diversificado – e às vezes até desordenado –, mas que constituem referências para esse tema maior da transposição da teoria geral de Freyre para um cenário asiático: *A História dos Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica* (1974)<sup>39</sup> e *Macau – Estudos de Antropologia Portuguesa dos Trópicos* (1996)<sup>40</sup>. Acrescente-se que alguns pormenores da “bio-sociologia” da miscigenação que Lessa foi buscar a Freyre ressurtem glosados pelo jesuíta Benjamim Videira Pires num ensaio de história comparada a que deu o título *Os extremos conciliam-se – Transculturização em Macau* (1988)<sup>41</sup>.

A história local de Macau no domínio mais específico onde ressaltam aspectos próprios da geografia, do urbanismo e da arquitectura constitui uma das linhas que os investigadores têm visitado de modo recorrente nos últimos anos. Entre monografias e artigos, seleccionáramos a edição revista do livro sobre arquitectura militar de Jorge Graça (1984)<sup>42</sup>, a panorâmica geral tentada por Craig Duncan (1987)<sup>43</sup>, o inquérito sobre o confronto entre elementos tradicionais dos urbanismos chinês e português que foram tema da tese de mestrado de Carlos Baracho (1992)<sup>44</sup>, as pormenorizadas análises retrospectivas conduzidas por Maria de Lourdes R. Costa (1997)<sup>45</sup> e pela equipa constituída por Maria Calado, Maria Clara Mendes e Michael Toussant (1998)<sup>46</sup>, o estudo mais circunscrito do ponto de vista cronológico assinado por Kaijian Tang (1998)<sup>47</sup> e o sólido ensaio de história cultural e social de Jonathan Porter (2000)<sup>48</sup>.

<sup>39</sup> Almerindo Lessa (1974). *A História dos Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica*, Macau, Imprensa Nacional.

<sup>40</sup> Almerindo Lessa (1996). *Macau. Estudos de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*, Lisboa, Editora Internacional.

<sup>41</sup> Benjamim Videira Pires (1988). *Os extremos conciliam-se – Transculturização em Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>42</sup> Jorge Graça (1984). *Fortificações de Macau – Concepção e história*, Macau, Instituto Cultural de Macau. A versão original foi editada pela primeira vez em língua inglesa, em 1969, com a chancela da Imprensa Nacional de Macau.

<sup>43</sup> Craig Duncan (1987). *Development of Macau's City Landscape*. Em: Rolf Dieter Cremer, ed., *Macau – City of Commerce and Culture*, Hong Kong, The University of East Asia Press, pp. 71-85.

<sup>44</sup> Carlos Baracho (1992). *Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau. Urbanismo e arquitectura – Persistência e coexistência de elementos medievais portugueses e tradicionais chineses na estrutura urbana e arquitectónica de Macau nos séculos XVI e XVII*, Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado). Síntese deste estudo disponível em: Carlos Baracho (1998). *Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau*, Revista de Cultura, sér. 2, 34, 147-180.

<sup>45</sup> Maria de Lourdes Rodrigues Costa (1997). *História da Arquitectura em Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>46</sup> Maria Calado; Maria Clara Mendes; Michel Toussant (1998). *Macau – Da fundação aos anos 70. Evolução sócio-económica, urbana e arquitectónica*, Revista de Cultura, sér. 2, 34, 75-146.

<sup>47</sup> Kaijian Tang (1998). *Macau – Notas sobre a evolução urbana e arquitectónica durante a dinastia Ming*, Revista de Cultura, sér. 2, 34, 47-74.

<sup>48</sup> Jonathan Porter (2000). *Macau: the Imaginary City. Culture and Society, 1557 to the Present*, Boulder, Westview Press.

Neste capítulo, refiram-se também as páginas iniciais de *Das cabanas de palha às torres de betão* da antropóloga Ana Maria Amaro (1998)<sup>49</sup>, apesar de dever ser acrescentado que algumas das propostas aí formuladas sobre a evolução da estrutura urbana do primitivo território de Macau se apoiam numa interpretação muito discutível de fontes iconográficas da época.

### ***Relações luso-chinesas – perspectivas múltiplas***

É fácil intuir que a separação entre o que constituirá um estudo sobre a história local de Macau e o que possa aparecer marcado como investigação sobre as relações luso-chinesas se fundamenta, muitas vezes, numa opção artificial, deliberadamente assumida para ajudar à ordenação de uma grande diversidade de escritos. Daí que livros atrás assinalados como a *Presença Portuguesa em Macau*, de António da Silva Rego, ou *Ephemerides Commemorativas da História de Macau*, de A. F. Marques Pereira<sup>50</sup> –mentor e redactor do *Ta-ssi-yang-kou*, o primeiro jornal português exclusivamente consagrado ao Extremo Oriente (1.ª série, 1863-1866)–, tanto possam ser vistos como referências para os estudos sobre Macau, como assimilados ao domínio mais lato e intricado de pesquisa que o Visconde de Santarém inaugurou no final da primeira metade de Oitocentos e que foi retomado no termo desse século por Júdice Biker e Duarte Nogueira Soares, entre outros.

Dito isto, queremos voltar a anteceder o “estado da questão” de uma das linhas de investigação que aqui trazemos com uma referência a algumas das obras que se revelaram essenciais para a maturação deste capítulo particular da historiografia. Conteúdos necessariamente superados não nos dispensam de dever ter presente tais escritas mais antigas, até porque este foi um desses campos em que mais cedo se testou o confronto entre fontes ocidentais e orientais. Ao mesmo tempo, esta é também uma área onde, desde cedo, se verificou um diálogo alargado entre investigadores de diferentes nações –ou, pelo menos, uma sempre maior oferta de interpretações–, vantagem comparativa essa que o permitiu resgatar daquela claustrofobia luso-macaense que condicionou, quase até aos nossos dias, os escritos dedicados à estrita história de Macau. Mesmo considerando o forte contributo emprestado pela lógica institucional própria dos momentos que antecederam a transferência de poderes em Macau, em 1999, não deixa de constituir sinal demonstrativo da sua

---

<sup>49</sup> Ana Maria Amaro (1998). *Das cabanas de palha às torres de betão – Assim cresceu Macau, Macau, Livros do Oriente*.

<sup>50</sup> António F. Marques Pereira (1868). *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos, Macau*, José da Silva.

importância intrínseca o facto de várias das obras que aqui caem terem sido reeditadas nos últimos anos.

Em 1934, era editada em Leyden a primeira versão da primeira grande leitura sobre as relações comerciais e diplomáticas entre portugueses e chineses: *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*, de Zhang Tianze (Chang Tien-tsê).<sup>51</sup> Tratava-se, logo aí, de um estudo duas vezes invulgar: primeiro, porque olhava em simultâneo fontes europeias e asiáticas; depois, porque se propunha perspectivizar o assunto nessa “média dimensão” enquadrada pela data da chegada dos portugueses ao litoral chinês e pelo ano da queda da dinastia Ming<sup>52</sup>. A novidade não passou despercebida na Europa, conforme o atestam as longas resenhas que lhe foram dedicadas pelo sinólogo francês Paul Pelliot (1935)<sup>53</sup> e pelo Capitão da Marinha Portuguesa Tancredo Faria de Morais (1943).<sup>54</sup> Seja como for, o pioneirismo de Zhang não nos deve fazer esquecer que em outros países europeus, que não Portugal, já se encontravam disponíveis abordagens sobre as mesmas problemáticas, ainda que menos abrangentes: desde logo, os artigos “Letters from Portuguese captives in Canton, written in 1534 and 1536” de Donald Ferguson (1901)<sup>55</sup> e “L’arrivée des Portugais en Chine” de Henri Cordier (1911).<sup>56</sup>

Pouco antes de publicar em Leyden uma versão revista de *Sino-Portuguese trade* (1969), Zhang Tianze assinou um ensaio sobre o tema da primeira embaixada portuguesa à China (1517-1521): “Malacca and the Failure of the First Portuguese Embassy to Peking” (1962)<sup>57</sup>. Trata-se do mesmo tema que Armando Cortesão convocara para o folheto *Primeira Embaixada Europeia à China* (1945; reed. 1990)<sup>58</sup>, saído a lume na sequência da tradução inglesa da *Suma Oriental* do embaixador-boticário Tomé Pires que Cortesão preparara para a Hakluyt Society e fora

---

<sup>51</sup> Zhang Tianze [Chang Tien-tsê] (1934). *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*, Leyden, E. J. Brill.

<sup>52</sup> Ver Jorge M. dos Santos Alves (1997). Nota de apresentação. Em: Zhang Tianze [Chang Tien-tsê], *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644 – Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, pp. VII-VIII.

<sup>53</sup> Paul Pelliot (1935). *Un ouvrage sur les premiers temps de Macao, T'oung Pao*, sér. 2, 31, 58-94.

<sup>54</sup> Tancredo Faria de Morais (1943). *China e Portugal*, Lisboa, Imprensa da Armada.

<sup>55</sup> Donald Ferguson (1901). *Letters from Portuguese captives in Canton, written in 1534 and 1536*, *Indian Antiquary*, 30, 421-451 e 467-491; Donald Ferguson (1902), *ibidem*, *Indian Antiquary*, 31, 10-32 e 53-65.

<sup>56</sup> Henri Cordier (1911). *L’arrivée des Portugais en Chine*, *T'oung Pao*, 36, 485-543.

<sup>57</sup> Zhang Tianze [Chang Tien-tsê] (1962). *Malacca and the Failure of the First Portuguese Embassy to Peking*, *Journal of Southeast Asian History*, 3, 45-64; reed. 1981. Em: *Boletim do Instituto Luís de Camões*, 15 (1-2), 149-163.

<sup>58</sup> Edição bilingue português/chinês: Armando Cortesão (1990). *Primeira Embaixada Europeia à China à China – O boticário e embaixador Tomé Pires e a sua “Suma Oriental”*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

editada no ano anterior, em Londres (ed. portuguesa 1978).<sup>59</sup> Ainda durante os anos 40, este tema obrigatório da primeira fase do relacionamento luso-chinês foi alvo da atenção de Paul Pelliot, no interessante estudo “Le Hôja et le Sayyid Husain de l’Histoire des Ming” (1948).<sup>60</sup> Outros temas parcelares análogos, associados às primeiras décadas dos contactos luso-chineses, haviam dominado e continuariam a dominar o tratamento destas temáticas do lado dos historiadores portugueses: Luís Keil, quando editara em Lisboa, em 1933, *Jorge Álvares, o primeiro português que foi à China (1513)*;<sup>61</sup> José M. Braga, quando editara em Macau, em 1939, *Tamão dos Pioneiros Portugueses*;<sup>62</sup> e o mesmo J. M. Braga, quer quando editasse em Hong Kong, em 1949, *The Western pioneers and their discovery of Macao*,<sup>63</sup> quer quando apresentasse nessa colónia britânica, em 1955, *China Landfall, 1513*<sup>64</sup> – título revisto e transformado ainda nesse ano no muito mais citado *China Landfall, 1513. Jorge Álvares’ Voyage to China*.<sup>65</sup>

Manuel Múrias, com *Instruções para o Bispo de Pequim e outros documentos para a história de Macau* (1943)<sup>66</sup> ou Eduardo Brazão, desta feita com *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China, 1517-1753* (1949),<sup>67</sup> constituem hoje, a par de Silva Rego, as principais referências da sensível recuperação do interesse pela história da presença portuguesa na China que sucede por volta de 1940, no contexto das celebrações do chamado duplo centenário: 8.º centenário da independência de Portugal (1143) e 3.º centenário da *Restauração* (1640). Apesar dos seus inegáveis méritos, há que notar que sobre quase todos estes trabalhos tanto pesam alguns dos enviesamentos próprios da historiografia oficial, nomeadamente essa retórica algo vetusta que é hábito contaminar muitas das formas de comemorativismo, como uma crónica dificuldade em completar a narração dos factos políticos, administrativos e militares, que se privilegiam sobre quaisquer outros, com um

<sup>59</sup> Armando Cortesão (1978). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

<sup>60</sup> Paul Pelliot (1948). *Le Hôja et le Sayyid Husain de l’Histoire des Ming*. T’oung Pao, 38, 81-292.

<sup>61</sup> Nova edição: Luís Keil (1990). *Jorge Álvares, o primeiro português que foi à China (1513)*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>62</sup> José M. Braga (1939). *Tamão dos Pioneiros Portugueses*, Macau, Escola Tipográfica Salesiana.

<sup>63</sup> José M. Braga (1949). *The Western pioneers and their discovery of Macao*, Boletim do Instituto Português de Hong Kong, 2, 7-214.

<sup>64</sup> José M. Braga (1955). *China Landfall, 1513*, Boletim do Instituto Português de Hong Kong, 4, 169-295.

<sup>65</sup> José M. Braga (1955). *China Landfall, 1513. Jorge Álvares’ Voyage to China. A Compilation of some relevant material*, Macau, Imprensa Nacional.

<sup>66</sup> Manuel Múrias (1943). *Instruções para o Bispo de Pequim e outros documentos para a história de Macau*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

<sup>67</sup> Eduardo Brazão (1949). *Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China, 1517-1753*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

enquadramento do objecto tratado no contexto mais vasto do Extremo Oriente.<sup>68</sup>

Tardou até que Vitorino Magalhães Godinho conseguisse trazer para a historiografia que, dentro de portas, se debruçava sobre os descobrimentos e a expansão portuguesas a indispensável renovação teórica – no seu caso, indo buscar exemplo à escola dos *Annales* e oferecendo-o no magistral *Os descobrimentos e a economia mundial* (1958; 1ª ed. portuguesa, 2 vols., Lisboa, 1963-1971). Mas, curiosamente, se o ostracismo a que a sua obra fora votada durante a ditadura do Estado Novo explica que o anterior modelo de produção historiográfica tutelada pelas ideologias tivesse continuado a vigorar durante demasiado tempo, há também que notar que o segmento de estudos que se dedica à presença histórica dos portugueses na China não beneficiou de nenhum novo contributo significativo nos anos imediatamente seguintes à revolução de 1974. Enquanto Macau seguiu centrando as atenções dos investigadores e publicistas, continuou a descurar-se a integração do fenómeno que este estabelecimento representava num complexo histórico-geográfico mais vasto<sup>69</sup>. Outra vez, os primeiros sinais de modernidade chegariam pela mão de historiadores estrangeiros, com destaque para o pequeno conjunto composto por John E. Wills, George Bryan de Souza, Roderich Ptak e Fok Kai Cheong.

De Wills, importará lembrar acima de tudo a leitura contextual facultada no artigo “Maritime China from Wang Chih to Shih Lang: Themes in Peripheral History” (1979)<sup>70</sup> e as páginas que remetem para a competição luso-holandesa do período que preludia aquele em que se centram os seus livros *Pepper, Guns, and Parleys – The Dutch East India company and China, 1662-1681* (1967) e *Embassies and Illusions – Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hi, 1666-1687* (1984)<sup>71</sup>. Em contrapartida, a linha metodológica rasgada por Zhang Tianze em *Sino-Portuguese trade from 1514 to 1644* foi retomada por Bryan de Souza no texto *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1745* (1986)<sup>72</sup>. Importantes pistas de investigação que acertam com o período e o tema que resenhamos surgiram ainda no seu arti-

---

<sup>68</sup> Ver Rui M. Loureiro (1998). Macao's history in Portugal trends of research and future projects, *Cadernos Históricos* - Lagos, 9, 52-53.

<sup>69</sup> Ver Rui M. Loureiro (1993). Extremo Oriente. Em: AAVV, *Vinte anos de historiografia portuguesa, 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 151-152.

<sup>70</sup> John E. Wills (1967). *Pepper, Guns, and Parleys – The Dutch East India company and China, 1662-1681*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

<sup>71</sup> John E. Wills (1984). *Embassies and Illusions – Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hi, 1666-1687*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

<sup>72</sup> George Bryan de Souza (1986). *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1745*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.



go “Maritime Trade and Politics in China and the South China Sea” (1987)<sup>73</sup> e acabaram por ser ampliadas em artigos mais recentes como “Commerce and capital: Portuguese maritime losses in the South China Sea, 1600-1754” (1993)<sup>74</sup> e “Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea, c. 1600” (1997).<sup>75</sup>

Autor de uma muito ampla série de estudos sobre a Ásia marítima, o sinólogo alemão Roderich Ptak é hoje também um dos mais consistentes autores que abordam o tema do relacionamento luso-chinês desde os primórdios da presença portuguesa nos litorais do Império do Meio. Insistindo sempre no uso paralelo de fontes ocidentais e orientais, tal como numa leitura extensiva às condições de âmbito mais geral ditas pela China ou por outros espaços terrestres e marítimos vizinhos, logo na década de 1980 oferecia-nos as duas importantes sínteses que foram a monografia *Portugal in China – Kurzer Abriß der portugiesisch-chinesischen Beziehungen der Geschichte Macaus im 16. und beginnenden 17. Jahrhundert* (1980)<sup>76</sup> e o artigo “An Outline of Macao’s Economic Development, circa 1557-1640” (1988)<sup>77</sup>. Algum tempo depois vieram “China and Portugal at sea: the early Ming system and the *Estado da Índia* compared” (1991)<sup>78</sup> e “Early Sino-Portuguese Relations up to the Foundation of Macao” (1992)<sup>79</sup>. Este último trabalho foi actualizado em “Sino-Portuguese Relations, circa 1513/14-1550’s” (1999)<sup>80</sup>, o qual, por seu turno, tem toda a vantagem em ser lido em conjunto com a bibliografia comentada que Ptak intitulou “Macau and Sino-Portuguese Relations, c. 1513/1514 to ca. 1900 – A Bibliographical Essay” (1998)<sup>81</sup>. Para pesqui-

<sup>73</sup> George Bryan de Souza (1987). *Maritime Trade and Politics in China and the South China Sea*. Em: Ashin Das Gupta; Michael N. Pearson, eds., *India and the Indian Ocean, 1500-1800*, Calcutá, Oxford. University Press, 317-330.

<sup>74</sup> George Bryan de Souza (1993). *Commerce and capital: Portuguese maritime losses in the South China Sea, 1600-1754*. Em: Artur Teodoro de Matos; Luís Filipe Barreto, eds., *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente – Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Macau/Lisboa, s.ed.*, pp. 321-348.

<sup>75</sup> George Bryan de Souza (1997). *Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea, c. 1600*. Em: Om Prakash Om Prakash, ed., *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, Aldershot, Variorum, pp. 69-80.

<sup>76</sup> Roderich Ptak (1980). *Portugal in China – Kurzer Abriß der portugiesisch-chinesischen Beziehungen und der Geschichte Macaus im 16. und beginnenden 17. Jahrhundert*, Bad Boll, Klemmerberg Verlag.

<sup>77</sup> Roderich Ptak (1988). *An Outline of Macao’s Economic Development, circa 1557-1640*. Em: Tileman Grimm et al., eds., *Collected Papers of the XXIX Congress of Chinese Studies, Tübingen*, Attempto Verlag, pp. 169-181.

<sup>78</sup> Roderich Ptak (1991). *China and Portugal at sea: the early Ming system and the Estado da Índia compared*, *Revista de Cultura*, sér. 2, 13-14, 21-38.

<sup>79</sup> Roderich Ptak (1992). *Early Sino-Portuguese Relations up to the Foundation of Macao*, *Mare Liberum*, 4, 289-297.

<sup>80</sup> Roderich Ptak (1999). *Sino-Portuguese Relations, circa 1513/14-1550’s*. Em: Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portugal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 19-37.

<sup>81</sup> Roderich Ptak (1998). *Macau and Sino-Portuguese Relations, c. 1513/1514 to ca. 1900 – A Bibliographical Essay*, *Monumenta Serica*, 46, 343-396.

sas focadas em rotas ou tratos particulares –como o sândalo e o chá-temos: “Sino-Japanese Maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports and Networks” (1994),<sup>82</sup> “The Transportation of Sandalwood from Timor to China and Macao, c. 1350-1600” (1987)<sup>83</sup> e “Die Rolle der Chinesen, Portugiesen und Holländer im Teehandel zwischen China und Südostasien (ca. 1600-1750)” (1994).<sup>84</sup>

Ainda se conserva inédita a dissertação de doutoramento que Fok Kai Cheong defendeu em 1978, na University of Hawaii, sob o título *The “Macao Formula”: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period*. Ampla interpretação dos registos escritos disponíveis sobre o compromisso informal que instituiu a realidade macaense, à data em que foi apresentado continuava a representar um dos poucos estudos apoiados numa manipulação intensiva de fontes chinesas e portuguesas. Apesar daquele óbice de edição, as suas principais conclusões têm vindo a ser impressas em vários textos parcelares, tanto em língua inglesa (1991),<sup>85</sup> como em língua portuguesa (1996).<sup>86</sup>

Não muito antes de Fok concluir aquela que continua a ser a sua principal investigação, outros protagonistas da historiografia chinesa sobre o relacionamento Portugal/China foram divulgando textos complementares. Entre outros exemplos possíveis (cuja lista não alargamos demasiado, já que muitos deles são menos acessíveis à generalidade dos leitores ocidentais): *O Comércio Externo de Macau a partir de meados da Dinastia Ming (1368-1644)*, de Quan Hansheng (1972)<sup>87</sup>; *Putaoya Qinlue Aomen Shiliao (Fontes Históricas da Ocupação de Macau por Portugal)*, de Jie Zi (1961)<sup>88</sup>; *A Study of Macao as a Portuguese Settlement in Chinese Territory from 16th to 18th centuries*, de Lam Chee Shing (tese de

---

<sup>82</sup> Roderich Ptak (1994). Sino-Japanese Maritime Trade, circa 1550: Merchants, Ports and Networks. Em: O Século Cristão do Japão – Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993), Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Instituto de História de Além-Mar, pp. 281-311.

<sup>83</sup> Roderich Ptak (1987). The Transportation of Sandalwood from Timor to China and Macao, c. 1350-1600. Em: Roderich Ptak, ed., Portuguese Asia – Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries), Estugarda, Steiner Verlag Wiesbaden, pp. 87-109.

<sup>84</sup> Roderich Ptak (1994). Die Rolle der Chinesen, Portugiesen und Holländer im Teehandel zwischen China und Südostasien (ca. 1600-1750), Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte, 1, 89-106.

<sup>85</sup> Fok Kai Cheong (1991). The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao formula: the Portuguese settlements and the early Chinese reactions. *Revista de Cultura*, sér. 2, 13-14, 328-344.

<sup>86</sup> Fok Kai Cheong (1996). Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau, Lisboa, Gradiva/Museu Marítimo de Macau.

<sup>87</sup> Quan Hansheng (1972). [O Comércio Externo de Macau a partir de meados da Dinastia Ming (1368-1644)], *Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong*, 15 (1), 245-272.

doutoramento apresentada na University of Hong Kong em 1970 e editada em português em 1998<sup>89</sup>); e “*Ming shi Folangji zhuan*” *jianzheng* (Anotação e Verificação para a Biografia dos Frangues na História Ming), de Dai Yixuan (1984)<sup>90</sup> – que não deixamos de referir, apesar de ser mais do que questionável a forma particularmente virulenta como Dai ataca a valia da generalidade das fontes ocidentais que documentam a fixação dos portugueses em Macau<sup>91</sup>.

Entretanto, Wu Zhiliang revelou-se como um dos mais recentes herdeiros chineses deste domínio onde se cruza a análise retrospectiva do relacionamento luso-chinês com a antiga tradição da historiografia de Macau. A atestá-lo está o artigo “Análise crítica sobre os estudos da História de Macau” (1996)<sup>92</sup> e o livro *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau* (1999)<sup>93</sup>. Outro destacado moderno especialista do relacionamento luso-chinês é Tang Kaijian, conforme confirmará o leitor que aceder ao conjunto de oito artigos sobre o período Ming que se contam entre os catorze inseridos em *Ming Qing shidafu yu Aomen* (Os eruditos Ming e Qing e Macau) (1998)<sup>94</sup> ou aos onze ensaios reunidos no seu *Aomen kaibu chuqi shi yanjiu* (Estudos sobre os primórdios da abertura de Macau) (1999)<sup>95</sup>. Outro tanto é válido a propósito de Zhang Wenqin, de quem se pode começar por ler o primeiro dos treze ensaios que fazem parte da colectânea *Aomen yu Zhonghua lishi wenhua* (Cultura histórica de Macau e da China) – consagrado ao tema mais amplo das inspecções que os funcionários Ming e Qing de patente mais elevada realizaram a Macau (1995).<sup>96</sup>

A renovação do tema das relações luso-chinesas que começou a ser ensaiada por parte dos autores portugueses entre finais da década de 1980 e o início da década de 1990, e que tem vindo a ser aprofundada desde então, é traduzida por algumas aquisições determinantes. Em primeiro lugar,

---

<sup>88</sup> Jie Zi (1961). Putaoya Qinluo Aomen Shiliao, Shangai, Edições do Povo de Shangai, 1961.

<sup>89</sup> Lam Chee Shing (1998). Relações entre Macau e a China nos Séculos XVI-XVIII, Macau, Fundação Macau.

<sup>90</sup> Dai Yixuan (1984). “*Ming shi Folangji zhuan*” *jianzheng*, Pequim, Zhongguo shehui kexue chubanshe.

<sup>91</sup> A propósito do tipo de problemas suscitados por investigadores chineses da história das relações luso-chinesas como Dai, ver: Roderich Ptak (1997). Manipulating History – Modern Mainland Chinese Images of Early Qing Macao, *Mare Liberum*, 14, 63-84.

<sup>92</sup> Wu Zhiliang (1996). Análise crítica sobre os estudos da História de Macau, *Administração – Macau*, 32, 371-392.

<sup>93</sup> Wu Zhiliang (1999). *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau.

<sup>94</sup> Tang Kaijian (1998). *Ming Qing shidafu yu Aomen*, Macau, Aomen jijinhui [Fundação Macau].

<sup>95</sup> Tang Kaijian (1999). *Aomen kaibu chuqi shi yanjiu*, Pequim, Zhonghua shuju.

<sup>96</sup> Zhang Wenqin (1995). *Aomen yu Zhonghua lishi wenhua*, Macau, Aomen jijinhui [Fundação Macau]. Uma resenha mais detalhada sobre esta bibliografia específica pode ser encontrada em: Zhang Haipeng (1996). *Estudos sobre a História de Macau: Progressos e Difi-*

qualquer que seja o fenómeno em análise percebe-se que, regra geral, o mesmo deixou de ser tomado isoladamente para passar a ser analisado em conjunto com as condições gerais envolventes que se torna pertinente convocar: situação da China e da Expansão portuguesa no Oriente, dinâmicas comerciais e civilizacionais dos mares da Ásia, conjuntura interna japonesa, dinâmicas missionárias católicas, concorrência com outros poderes europeus na região, por exemplo. Em segundo lugar, na abordagem de uma questão sempre central como a de Macau vem-se contrariando a tendência para destacar os problemas associados à origem do território, os quais constituíram um duradouro resquício da antiga historiografia de “justificação”. Por fim, tanto se vem constatando uma maior aproveitamento de fontes orientais, como uma interpretação progressivamente mais rigorosa dos ensinamentos proporcionados pelas fontes ocidentais, algo que uma prática de leitura demasiado acrítica havia descurado durante demasiado tempo.<sup>97</sup>

De todo o modo, todos estes progressos não podem fazer esquecer a persistência de algumas debilidades que urge corrigir. Apenas as mais evidentes: prevalência de iniciativas de pesquisa individuais, tendo como resultado uma bibliografia ainda muito fragmentada; prevalência de estudos vocacionados para as dimensões políticas, institucionais ou económicas dos fenómenos históricos tratados, com conseqüente menorização dos aspectos associados à história da cultura e das mentalidades; e ainda uma imensa carência no tratamento das fontes documentais orientais – chinesas e outras –, conseqüência da secular ausência de uma verdadeira tradição sinológica portuguesa, como atrás foi descrito.<sup>98</sup>

Para actualizarmos a nossa selecção de contributos, começaremos por referir o texto sobre as relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau que João de Deus Ramos fez incluir no n.º 53 da revista *Nação e Defesa* (1990) e que acabou por recuperar para o seu título *Estudos Luso-Orientais – Séculos XIII-XIX* (1996)<sup>99</sup>. A época contemplada por este estudo foi tratada pouco depois por João Paulo Oliveira e Costa em “Os Portugueses e o Extremo-Oriente no Século XVI – Reflexões em torno do estabelecimento em Macau” (1987)<sup>100</sup>. Outro estudo dispersos representativos deste renovado interesse pela China por

culdades – Tendências da Investigação sobre a História de Macau na China. *Revista de Cultura*, sér. 2, 27-28, 5-14.

<sup>97</sup> Ver R. M. Loureiro, *Macao's history...*, pp. 54-55.

<sup>98</sup> Ver Rui M. Loureiro (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, pp. 32-33; R. M. Loureiro, *Extremo Oriente...*, pp. 154-155.

<sup>99</sup> João de Deus Ramos (1996). *Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau*. Em: J. D. Ramos, *Estudos Luso-Orientais (Séculos XIII-XIX)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996, pp. 29-45.

<sup>100</sup> João Paulo Oliveira e Costa (1987). *Os Portugueses e o Extremo-Oriente no Século XVI – Reflexões em torno do estabelecimento em Macau*. Em: *Primeiro Centenário do Tratado*

parte dos investigadores portugueses serão a leitura focada em documentação inédita sobre as relações luso-chinesas que o mesmo J. P. Oliveira e Costa abordou em “Do sonho manuelino ao realismo joanino” (1991)<sup>101</sup>, ampliou em “A Coroa Portuguesa e a China – 1508-1531” (1996)<sup>102</sup> e sintetizou nos capítulos que lhe coube escrever do livro *Portugal e o Mar da China no Século XVI* (1996)<sup>103</sup>. Estes últimos textos devem ser lidos em conjunto com um artigo que Jorge Manuel dos Santos Alves apresentou em 1993, por ocasião de um dos primeiros simpósios internacionais onde se divulgaram os resultados da mais nova geração de investigadores lusos: “The First Decade of Sino-Portuguese Diplomatic Relations Following the Foundation of Macao” (1995)<sup>104</sup>.

Sinal definitivo não só do espaço que este segmento de estudos acabou por conseguir conquistar no seio da comunidade científica portuguesa, como da abertura internacional que a mesma comunidade foi consolidando, ser-nos-ia dado pouco depois com a edição da colectânea *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês*, coordenada por António Vasconcelos de Saldanha e por J. M. Santos Alves (1996), e pelo primeiro dos três volumes de actas já disponíveis respeitantes às *Conferências nos Cursos Livres de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI - XIX)*, realizados sob a égide da Fundação Oriente e coordenados por J. M. Santos Alves (1999). Além de terem contado com contributos já referidos como os de J. P. Oliveira e Costa e Roderich Ptak, logo nestas duas colecções apareceram importantes análises como a que Jin Guoping e Zhang Zhengchun dedicaram ao esclarecimento da toponímia de Liampó com base em fontes chinesas (1996)<sup>105</sup>, as que J. M. Santos Alves dedicou aos primeiros séculos da diplomacia luso-chinesa (1996<sup>106</sup> e 1999<sup>107</sup>) ou a que Rui Manuel Loureiro aproveitou para actua-

de Pequim – Actas do Colóquio Comemorativo, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 25-39.

<sup>101</sup> João Paulo Oliveira e Costa (1991). Do sonho manuelino ao realismo joanino – Novos documentos sobre as relações luso-chinesas na terceira década do século XVI, *Studia*, 50, 121-156.

<sup>102</sup> João Paulo Oliveira e Costa (1996). A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino. Em: António Vasconcelos de Saldanha; Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, pp. 11-84.

<sup>103</sup> Maria da Conceição Flores; João Paulo Oliveira e Costa (1996). Portugal e o Mar da China no Século XVI – Aspectos da presença lusa na Ásia Oriental no século XVI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

<sup>104</sup> Jorge M. dos Santos Alves (1995). The First Decade of Sino-Portuguese Diplomatic Relations Following the Foundation of Macao. Em: Francis A. Dutra; João Camilo dos Santos, eds., *The Portuguese and the Pacific*, Santa Barbara, California, University of California, pp. 305-313.

<sup>105</sup> Jin Guoping; Zhang Zhengchun (1996). Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas. Em: António Vasconcelos de Saldanha; Jorge M. dos Santos Alves, eds., *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês – Séculos XVI-XIX*, Macau, Instituto Português do Oriente, pp. 85-136.

<sup>106</sup> Jorge M. dos Santos Alves (1996). Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII). Em: *ibidem*, pp. 179-218.

<sup>107</sup> Jorge M. dos Santos Alves (1999). Um Tempo de Ajustamento. Macau, o Estado da Índia e os Ming no Primeiro Quartel do Século XVII. Em: Jorge M. dos Santos Alves, ed., *Portu-*

lizar o conhecimento sobre os factos e as circunstâncias que rodearam a primeira embaixada de Portugal a Pequim (1999).<sup>108</sup>

Nos dois volumes seguintes (2000 e 2001), reforçou-se a coerência interna, a densidade analítica e a diversidade da origem dos diferentes contributos seleccionados. Para o que mais nos importa, tentou-se uma visão de conjunto sobre o Mar da China nos séculos XVI e XVII (veja-se o que o investigador taiwanês Stephen Zengxin Zhang [Stephen Tseng-hsin Chang] escreveu sobre os diversos entrepostos lusos nas costas chinesas ao longo do século XVI)<sup>109</sup>, perspectivou-se a ligação entre Macau e o Japão na dupla dimensão comércio-actividade missionária (veja-se o texto em que J. P. Oliveira e Costa compara os pólos de Macau e Nagasáqui)<sup>110</sup> e avançou-se no desbravamento dos temas cruciais da acção missionação católica na China (vejam-se os textos sobre o projecto jesuíta de R. M. Loureiro<sup>111</sup>, Isabel Pina<sup>112</sup> e J. P. Oliveira e Costa<sup>113</sup>), da presença espanhola na Ásia Oriental (veja-se a proposta trazida por Manel Ollé com base num amplo conhecimento da história do assentamento de Manila<sup>114</sup>), ou, ainda, no levantamento das representação das actividades portuguesas na China nas fontes chinesas (vejam-se os novos esclarecimentos devidos a Geoff Wade<sup>115</sup> e James Chin Kong<sup>116</sup>). Inquéritos como estes últimos dois podem e devem ser completados com cinco dos dez pormenorizados ensaios que Jin Guoping incluiu em *Xi li dong jian. Zhong Pu zaoqi jiechu zhuxi (O Ocidente ao encontro do Oriente)*, os quais privilegiam a abordagem de algumas questões toponímicas mais

gal e a China – Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX), Lisboa, Fundação Oriente, pp. 91-104.

<sup>108</sup> Rui M. Loureiro (1999). A Malograda Embaixada de Tomé Pires a Pequim. Em: *ibidem*, pp. 39-56.

<sup>109</sup> Stephen Zengxin Zhang [Stephen T. Chang] (2000). The Changing Patterns of Portuguese Outposts along the Coast of China in the 16th Century: a Socio-Ecological Perspective. Em: Jorge M. dos Santos Alves, ed., Portugal e a China – Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX), Lisboa, Fundação Oriente, pp. 15-33.

<sup>110</sup> João Paulo Oliveira e Costa (2000). Macau e Nagasáqui – Os Pólos da Presença Portuguesa no Mar da China na Segunda Metade do Século XVI. Em: *ibidem*, pp. 79-103.

<sup>111</sup> Rui M. Loureiro (2000). Origens do Projecto Jesuíta de Conquista Espiritual da China (1549-1552). Em: *ibidem*, pp. 131-150.

<sup>112</sup> Isabel Pina (2000). A Evangelização e as Finanças na Missão Jesuíta da China (c. 1583-1625). Em: *ibidem*, pp. 151-167.

<sup>113</sup> João Paulo Oliveira e Costa (2001). O Colégio de Macau e a Missão do Japão (1594-1614). Em: Jorge M. dos Santos Alves, ed., Portugal e a China – Conferências nos Encontros de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX), Lisboa, Fundação Oriente, pp. 61-87.

<sup>114</sup> Manel Ollé (2001). Perspectivas Comparativas de la Expansión en Asia Oriental de Portugal y España en el Siglo XVI. Em: *ibidem*, pp. 215-242.

<sup>115</sup> Geoff Wade (2001). The Portuguese as Represented in Some Chinese Sources of the Ming Dynasty. Em: *ibidem*, pp. 263-316.

<sup>116</sup> James Chin Kong (2001). A Critical Survey of the Chinese Sources on Early Portuguese Activities in China. Em: *ibidem*, pp. 317-356.

pertinentes para o tempo anterior a Macau (2001)<sup>117</sup>. Um sexto ensaio deste livro desenvolve vários dos projectos de conquista da China gizados em Macau e Manila ao longo do século XVI, sendo útil o confronto com o texto de M. Ollé acima mencionado, assim como com os livros complementares que este autor catalão intitulou *La invención de China* (2000)<sup>118</sup> e *La empresa de China* (2002)<sup>119</sup>. Menos acessível, já que continua por editar, é a tese de doutoramento que Ollé defendeu na Universitat Pompeu Fabra, em Barcelona: *Estrategias filipinas respecto a China – Alonso Sánchez y Domingo Salazar en la empresa de China, 1581-1593* (2 vols., 1998). Mas um leitor exigente pode ainda recolher mais informações úteis de um par de outros artigos seus: “La invención de China. Mitos y escenarios de la imagen ibérica de China en el siglo XVI” (1998)<sup>120</sup> e “Competencia Macao-Manila en el contexto inicial de la monarquía dualista (1581-1593)” (2000).<sup>121</sup>

A edição portuguesa sobre a matéria do relacionamento luso-chinês no período que vai até à queda dos Ming tem hoje como ponto de chegada provisório vários dos artigos inseridos na *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, iniciativa editorial coordenada por A. H. de Oliveira Marques (4 vols. em 5 tms., 1998-2003). Trata-se da primeira grande leitura de conjunto sobre a generalidade das mais importantes facetas de que se revestiu a presença portuguesa na Ásia Oriental entre o século XVI e o século XX. Do primeiro tomo do volume I (1998) – centrado em Macau e circunscrito ao século XVI e ao princípio do século XVII – interessamos de modo especial os levantamentos sobre aspectos demográficos efectuados por Susana Münch Miranda e Cristina Seuanes Serafim<sup>122</sup>, assim como as referências à estratégia missionária da Companhia de Jesus desenvolvidas por J. M. Santos Alves num capítulo sobre cristianização e organização eclesiástica<sup>123</sup>. Outro tanto se pode dizer dos quatro capítulos do tomo 2 do mesmo volume (2000) ao longo dos quais Jorge Manuel Flores tanto fez a crónica dos anos que mediaram entre a gestação e o fim

<sup>117</sup> Jin Guoping (2001). Xi li dong jian. Zhong Pu zaoqi jiechu zhuixi [*O Ocidente ao encontro do Oriente*], Macau, Aomen jijinhui (Fundação Macau).

<sup>118</sup> Manel Ollé (2000). *La invención de China – Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.

<sup>119</sup> Manel Ollé (2002). *La empresa de china – De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Acantilado.

<sup>120</sup> Manel Ollé (1998). *La invención de China. Mitos y escenarios de la imagen ibérica de China en el siglo XVI*, *Revista Española del Pacífico*, 8, 541-568.

<sup>121</sup> Manel Ollé (2000). *Competencia Macao-Manila en el contexto inicial de la monarquía dualista (1581-1593)*, *Illes i Imperis. Estudis d’història de les societats en el món colonial i post-colonial*, 3, 5-21.

<sup>122</sup> Susana Münch Miranda; Cristina Seuanes Serafim (1998). *O Potencial Demográfico*. Em: A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. 1, t. 1, pp. 183-215.

<sup>123</sup> Jorge M. dos Santos Alves (1998). *Cristianização e Organização Eclesiástica*. Em: *ibidem*, in *HPEO*, pp. 299-347.

do breve apogeu que Macau conheceu na altura da transição de Quinhentos para Seiscentos<sup>124</sup>, como ensaiou uma reconstituição da primitiva textura física de Macau, das suas principais formas políticas e da sua malha social<sup>125</sup>. Compulsando o volume II (2001), destaca-se o primeiro dos dois novos capítulos assinados por J. M. Flores que trazem a actualização da crónica política macaense para o período que decorre entre o final da primeira metade do século XVII e os últimos anos do século XVIII.<sup>126</sup>

### ***Edição e análise crítica de fontes***

É hoje ponto assente que boa parte do conhecimento do mundo sínico que a Europa efectivou durante os séculos XVII e XVIII, através da epistolografia ou da tratadística, se apoia em fontes portuguesas do período imediatamente anterior. Mais: boa parte da moderna sinologia só é compreensível à luz dos textos lusos do século XVI e início do século XVII, sobre os quais assenta. Tal bastaria para dizer da importância que assume a inventariação e o estudo sistemático desse legado escrito – mas também cartográfico, conforme nos ensinaram trabalhos pioneiros como *La Découverte de la Chine par les Portugais auxvie siècle et la Cartographie des Portulans* de Albert Kammerer (1944)<sup>127</sup> e análises mais recentes como a proposta por Stephen T. Zhang em “The Portuguese Maritime Discoveries along the South-East Coast of China in the First Half of the Sixteenth Century: a Cartographic View, 1513-1550” (1998)<sup>128</sup>. Apesar de escolhermos não abordar aqui o ponto de vista chinês da questão, quem quiser confrontar essas primeiras leituras ocidentais com a sua contra-imagem oriental sempre poderá começar por recorrer com vantagem ao estudo que Fok Kai Cheong intitulou “Early Ming Images of the Portuguese” (1987).<sup>129</sup>

<sup>124</sup> Jorge Manuel Flores (2000a). Macau: Os Anos de “Gestação”. Em: A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. 1, t. 2, pp. 151-176; Jorge Manuel Flores (2000b). Macau: O Tempo da Euforia. Em: *ibidem*, pp. 179-213; Jorge Manuel Flores (2000c). Macau: No Fio da Navalha. Em: *ibidem*, pp. 215-234.

<sup>125</sup> Jorge Manuel Flores (2000d). Macau: De Surgidouro a Cidade. Em: *ibidem*, pp. 237-293.

<sup>126</sup> Jorge Manuel Flores (2001). Os Eventos Políticos. 1. Em: A. H. de Oliveira Marques, ed., *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. 2, pp. 69-155.

<sup>127</sup> Albert Kammerer (1944). *La Découverte de la Chine par les Portugais au XVIe siècle et la Cartographie des Portulans*, Leyden, E. J. Brill.

<sup>128</sup> Stephen Zengxin Zhang [Stephen T. Chang] (1998). The Portuguese Maritime Discoveries along the South-East Coast of China in the First Half of the Sixteenth Century: a Cartographic View, 1513-1550, *The Portolan*, 41, 7-19.

<sup>129</sup> Fok Kai Cheong (1987). *Early Ming Images of the Portuguese*. Em: Roderich Ptak, ed., *Portuguese Asia – Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)*, Estugarda, Steiner Verlag Wiesbaden, pp. 143-155.



Mau grado a evidência que acabámos de lembrar, há que reconhecer que a publicação de fontes relativas à presença portuguesa na China (como nos demais espaços do Extremo Oriente) continua a constituir uma das tarefas pendentes da historiografia lusa. Escasseiam os precedentes significativos, de resto em boa parte resultantes do esforço de investigadores ou de casas editoriais estrangeiras: as chamadas *cartas dos cativos de Cantão*, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, anotadas por Donald Ferguson em 1901<sup>130</sup> e republicadas em 1902<sup>131</sup>; as descrições de Macau de António Bocarro, Peter Mundy e Marco de Avalo editadas por Charles R. Boxer em *Macau na Época da Restauração* (1942)<sup>132</sup>; os tratados de Galiote Pereira e Gaspar da Cruz que Boxer editou em *South China in the Sixteenth Century* (1953)<sup>133</sup>; uma selecção de cartas dos primeiros missionários jesuítas que se fixaram em Macau que Benjamim Videira Pires reuniu e anotou sob o título *Cartas dos Fundadores* (1964)<sup>134</sup>; a *Suma Oriental* de Tomé Pires apresentada por A. Cortesão em 1978, mas que retoma a edição inglesa de 1944<sup>135</sup>; as *Cartas de Fernão Mendes Pinto* seleccionadas e anotadas por Rebecca Catz (1983)<sup>136</sup>; o tratado de Gaspar da Cruz, editado e comentado conjuntamente com a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto por Aníbal Pinto de Castro (1984)<sup>137</sup>; ou a colectânea *Enformação das cousas da China*, onde Raffaella D'Intino incluiu nomes como Cristóvão Vieira, Vasco Calvo, Melchior Nunes Barreto, Galiote Pereira ou Cruz da Cruz (1989)<sup>138</sup>.

O resgate de fontes manuscritas guardadas em arquivos portugueses, romanos, espanhóis, holandeses ou ingleses, cujos conteúdos são fundamentais para esclarecer o passado do relacionamento entre os portugueses e a China, constitui a parte mais importante da imensa tarefa de levantamento e análise de testemunhos que existe por realizar<sup>139</sup>. A edição ou a reedição de múltiplos inventários de documentos que tem

<sup>130</sup> Ver *supra*, n. 55.

<sup>131</sup> Donald Ferguson (1902). *Letters from Portuguese Captives in Canton, Written in 1534 and 1536. With an Introduction on Portuguese Intercourse with China in the First Half of the Sixteenth Century*, Bombaim, Education Society's Steam Press.

<sup>132</sup> Nova edição, fac-similada: Charles R. Boxer (1993). *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, Lisboa, Fundação Oriente.

<sup>133</sup> Charles R. Boxer, ed. (1953). *South China in the Sixteenth Century*, Londres, Hakluyt Society.

<sup>134</sup> Benjamim Videira Pires, ed. (1964). *Os Três Heróis do IV Centenário – Cartas dos Fundadores*, Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, 72 (722-726), 687-802.

<sup>135</sup> Ver *supra*, n. 59.

<sup>136</sup> Rebecca Catz; Francis M. Rogers, eds. (1983). *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, Lisboa, Editorial Presença.

<sup>137</sup> Aníbal Pinto de Castro, ed. (1984). *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto – E Itinerário de António Tenreiro, Tratado das Cousas da China, Conquista do Reino de Pegu*, Porto, Lello & Irmão.

<sup>138</sup> Raffaella D'Intino, ed. (1989). *Enformação das cousas da China – Textos do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

<sup>139</sup> Ver R. M. Loureiro, *Guia de História de Macau...*, pp. 223-240.

vindo a acontecer indicia-o com clareza.<sup>140</sup> Para o domínio da documentação impressa, os últimos anos têm, apesar de tudo, oferecido sinais de uma certa inversão das anteriores tendências. Começaríamos por destacar o paciente labor levado a cabo por Rui M. Loureiro, a quem devemos novas leituras das *Cartas dos cativos de Cantão* (1992),<sup>141</sup> do tratado dito *Algumas cousas sabidas da China* de Galiote Pereira (1992),<sup>142</sup> do *Tratado das coisas da China* de Gaspar da Cruz (1997),<sup>143</sup> a primeira edição portuguesa do colóquio sobre a China do original *De Missione Legatorum Iaponesium ad Romanam Curiam* de Duarte de Sande e Alessandro Valignano (1992),<sup>144</sup> a primeira edição crítica do manuscrito de Lisboa da *Suma Oriental* de Tomé Pires (1996)<sup>145</sup> e a colectânea *Em Busca das Origens de Macau*, com vários textos alusivos ao primeiro século da existência desse território (1996).<sup>146</sup>

Também nos anos mais recentes, a divulgação de originais da historiografia missionária portuguesa foi premiada com a saída dos dois primeiros livros da *Asia Extrema* do jesuíta António de Gouveia (1995-2001),<sup>147</sup> com a primeira tradução integral do referido *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana* dos padres Sande e Valignano (1997)<sup>148</sup> e com as reedições das versões portuguesas da *Relação da Grande Monarquia da China* de Álvaro Semedo (1994)<sup>149</sup> e

<sup>140</sup> Ver, por exemplo: Isaú Santos (1995). *Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*, Macau, Instituto Cultural de Macau; Isabel Cid (1996). *Macau e o Oriente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Séculos XVI a XIX)*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Arquivos Nacionais-Torre do Tombo/ Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora; Francisco G. Cunha Leão (1998). *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Arquivos Nacionais-Torre do Tombo/ Biblioteca do Palácio da Ajuda; Francisco G. Cunha Leão, ed. (1999). *Jesuítas na Ásia – Catálogo e Guia*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Património Arquitectónico/Biblioteca da Ajuda, 2 vols.; Isaú Santos (1999). *Fontes para a História de Macau existentes em Portugal e no Estrangeiro*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>141</sup> Rui M. Loureiro, ed. (1992). *Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>142</sup> Rui M. Loureiro, ed. (1992). *Galiote Pereira - Algumas cousas sabidas da China*, Lisboa, Ministério da Educação.

<sup>143</sup> Rui M. Loureiro, ed. (1997). *Gaspar da Cruz - Tratado das coisas da China*, Lisboa, Edições Cotovia.

<sup>144</sup> Rui M. Loureiro, ed. (1992). *Um Tratado sobre o Reino da China dos Padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

<sup>145</sup> Rui M. Loureiro, ed. (1996). *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Macau, Instituto Português do Oriente.

<sup>146</sup> Rui M. Loureiro (1996), *Em Busca das Origens de Macau*, Lisboa, Ministério da Educação.

<sup>147</sup> Horácio Peixoto de Araújo, ed. (1995). *António de Gouveia, S.J. – Asia Extrema. Primeira Parte, Livro I*, Lisboa, Fundação Oriente; Horácio Peixoto de Araújo, ed. (2001). *António de Gouveia, S.J. Asia Extrema. Primeira Parte, Livros II a VI*, Lisboa, Fundação Oriente.

<sup>148</sup> Américo da Costa Ramalho, ed. (1997). *Duarte de Sande [& Alessandro Valignano] – Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*, Macau, Fundação Oriente/Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

<sup>149</sup> Luís Gonzaga Gomes; António Aresta, eds. (1994). *Álvaro Semedo – Relação da Grande Monarquia da China*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau.

da *Nova Relação da China* de Gabriel de Magalhães (1997)<sup>150</sup> –ambas propostas por Luís Gonzaga Gomes, entre 1956 e 1957, mas agora enriquecidas com estudos introdutórios a cargo de António Aresta e António Graça de Abreu. A acompanhá-las, estiveram duas outras significativas colecções de fontes: *Cartas Anuas da China (1636, 1643 a 1649)* de António de Gouveia, editadas por Horácio Araújo (1998),<sup>151</sup> e *Cartas Anuas do Colégio de Macau (1594-1627)*, com coordenação de J. P. Oliveira e Costa (1999).<sup>152</sup>

Se a riqueza e a imensa diversidade dos materiais disponíveis transformam o resgate e a edição de fontes numa das mais importantes tarefas por cumprir, entende-se por que motivo são tão escassos os ensaios que se abalançam a colocá-los em perspectiva e a tentar extrair deles respostas para questões tão cruciais como a da construção das imagens que a China Ming proporcionou para boa parte da Europa sua contemporânea. Entre os historiadores que, nos anos mais recentes, têm deixado uma marca indelével nas pesquisas sobre estas problemáticas evocaríamos a parceria Donald Lach/Edwin J. Van Kley a propósito do tomo IV do volume III de *Asia in the Making of Europe* (1993), onde se contextualiza e detalha o noticiário sobre as distintas partes da Ásia Oriental acolhidos pela literatura europeia do século XVII.<sup>153</sup> Trata-se da continuação do monumental inquérito que Lach vinha realizando desde 1965, inquérito esse que, para o nosso tema, havia resultado no capítulo do volume I desta mesma obra, consagrado aos livros e mapas europeus que retrataram a China durante o século XVI (1965).<sup>154</sup>

Do lado português, seleccionaríamos três sínteses que tentaram ampliar as pistas e os resultados proporcionados por leituras como esta. A primeira ofereceu-a Rui M. Loureiro na tese de doutoramento que apresentou na Universidade de Lisboa, em 1995, com o título *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, Imagens e Vivências*, a qual foi entretanto impressa em versão ligeiramente abreviada: *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI* (2000).<sup>155</sup> A segunda assinou-a Horácio Araújo, num inquérito centrado na figura do padre

<sup>150</sup> Luís Gonzaga Gomes; António Graça de Abreu, eds. (1997). Gabriel de Magalhães – Nova Relação da China, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau.

<sup>151</sup> Horácio Peixoto de Araújo, ed. (1998). António de Gouveia, S.J. – Cartas Anuas da China (1636, 1643 a 1649), Macau/Lisboa, Instituto Português do Oriente/BNL, 1998

<sup>152</sup> João Paulo Oliveira e Costa, ed. (1999). Cartas Anuas do Colégio de Macau (1594-1627), Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação Macau.

<sup>153</sup> Donald Lach; Edwin J. Van Kley, 1993. *Asia in the Making of Europe – A Century of Advance*, vol. 3, t. 4, Chicago, University of Chicago Press.

<sup>154</sup> Donald Lach (1965). *Asia in the Making of Europe – The Century of Discovery*, vol. 1, 2 tms., Chicago, University of Chicago Press; Donald Lach (1970-1977). *Asia in the Making of Europe – A Century of Wonder*, vol. 2, 3 tms., Chicago, University of Chicago Press.

<sup>155</sup> Ref. *supra*, n. 98.

António de Gouvea que o título algo equívoco de *Os Jesuítas no Império da China – o Primeiro Século (1582-1680)* não permite identificar de imediato (2000).<sup>156</sup> A terceira tentámo-la nós na tese de doutoramento que lemos na Universitat Autònoma de Barcelona, em 2003: *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c.1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*.<sup>157</sup>

Mais escritos inéditos se publiquem e divulguem, mais depressa e mais fundo seremos todos compelidos a avançar no estudo deste que foi um dos períodos mais decisivos da aprendizagem mútua entre Ocidente e Oriente.

---

<sup>156</sup> Horácio Peixoto de Araújo (2000). *Os jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*, Macau, Instituto Português do Oriente.

<sup>157</sup> Francisco Roque de Oliveira (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c.1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona < <http://www.tdx.cesca.es/TDX-1222103-160816/>>